



No título: “Há Festa na Aldeia” (2012)

Créditos: Natural de Ponta Delgada na ilha de São Miguel (Açores), **Sofia de Medeiros** é uma artista plástica reconhecida no panorama artístico regional e nacional. A artista açoriana é licenciada em Escultura pela Universidade do Porto e Mestre em História da Arte, tendo sido bolsista do programa Erasmus em Inglaterra. Desde que começou a expor coletiva e individualmente em 1996, Sofia de Medeiros tem desenvolvido e apresentado projetos artísticos diversificados que resultam do cruzamento de áreas como a tecelagem tradicional, dança contemporânea e a recriação de objetos associados ao imaginário popular. Paralelamente à sua atividade artística, Sofia de Medeiros tem também contribuído para o fortalecimento da comunidade de artesãos açorianos enquanto Diretora do Centro Regional de Apoio ao Artesanato. Na obra apresentada na capa, a artista explora uma técnica mista, aplicando adornos de diferentes materiais sobre uma estrutura metálica.

Nota: Com a atual série procuramos dar a conhecer obras de artistas açorianos. Agradecemos a todos os artistas que tornaram isso possível, bem como ao Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas, que desde a primeira hora colaborou connosco na concretização desse desafio.

DESTAQUES



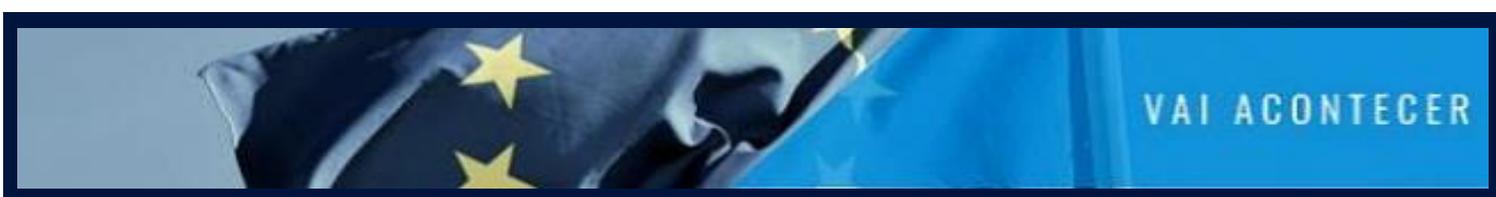
[A Comissão adota os seus procedimentos de infração de junho](#)

[A Agência Europeia do Ambiente alerta para a falta de equidade nas políticas de adaptação climática](#)

[Comissão procura obter pontos de vista sobre o novo plano de ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

[Próximo orçamento de longo prazo da UE: oportunidade de ouro para mais resultados e responsabilidade segundo o TCE](#)

[Mais de 85% das águas balneares da UE têm qualidade excelente em 2024](#)



Até 23 de junho



Consulta pública sobre a futura estratégia da UE para a bioeconomia

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre a futura estratégia da UE para a bioeconomia.

A nova Estratégia da UE, prevista para adoção até o final de 2025, visa promover a inovação e manter a liderança da UE na bioeconomia. A estratégia irá incluir propostas de ações para desbloquear o potencial das inovações da bioeconomia, para que possam chegar ao mercado, gerando empregos verdes e crescimento económico. A estratégia centrar-se-á também no reforço da circularidade e da sustentabilidade, contribuindo simultaneamente para a descarbonização da economia da UE.

Todas as partes interessadas são incentivadas a participar na consulta em linha através do portal "[Dê a sua opinião](#)". **O período de inquérito estará aberto durante 12 semanas, até ao próximo dia 23 de junho.**

As partes interessadas podem também contribuir participando em sessões específicas sobre a bioeconomia em eventos futuros, como a [Semana Verde da UE](#), que se realiza de 3 a 5 de junho.

23 e 24 de junho



Conselho (Agricultura e Pescas), 23-24 de junho de 2025

O Conselho (Agricultura e Pescas) procurará chegar a uma orientação geral sobre um regulamento relativo a um quadro de monitorização florestal e debater questões agrícolas relacionadas com o comércio. Os ministros das Pescas trocarão pontos de vista sobre a Comunicação da Comissão intitulada «Pesca sustentável na UE», e cada um salientará as suas prioridades globais para o exercício deste ano de fixação das possibilidades de pesca para 2026. Além disso, o Conselho tomará nota dos progressos realizados no respeitante às atuais propostas legislativas, nomeadamente em matéria de transporte de animais, material de reprodução vegetal e novas técnicas genómicas.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#) e assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

Até 24 de junho



Consulta pública sobre a próxima estratégia para a igualdade das pessoas LGBTIQ

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública aberta para lançar as bases para a estratégia renovada para a igualdade das pessoas LGBTIQ pós-2025. A presente consulta recolherá os pontos de vista dos cidadãos e dos sindicatos, das empresas e do mundo académico. A estratégia promoverá e salvaguardará a igualdade de direitos para todas as pessoas em toda a UE. A promoção da igualdade para todos, independentemente da orientação sexual, da identidade/expressão de género ou das características sexuais das pessoas, garante uma sociedade justa, democrática e segura e impulsionará a nossa economia tirando partido das capacidades e do talento de todos.

A estratégia visa tirar partido das realizações da [Estratégia para a Igualdade LGBTIQ 2020-2025](#), abordando simultaneamente os principais desafios, incluindo a violência e o assédio, tanto offline como online, bem como a proibição de práticas de conversão.

A consulta estará aberta e acessível em: [Estratégia da UE para a igualdade das pessoas LGBTIQ para 2026-2030](#), decorrendo o período para **apresentação de comentários até ao dia 24 de junho de 2025** (24 horas - hora de Bruxelas).

25 de junho



O próximo orçamento de longo prazo da UE: desafios com as despesas e opções de receita

No dia 25 de junho de 2025, às 15h15 (CEST), os dois co-relatores do Parlamento sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), Carla Tavares (S&D, PT) e Siegfried Mureşan (EPP, RO), participarão numa mesa-redonda sobre políticas intitulada "O próximo orçamento de longo prazo da UE: desafios com as despesas e opções de receita".

Eles serão acompanhados por Eulalia Rubio do Instituto Jacques Delors em Paris e um representante do Conselho da União Europeia para discutir quais os desafios políticos que o próximo QFP terá que financiar, como segurança e defesa, apoio à Ucrânia, competitividade e a reembolso da dívida relacionada ao NGEU. Além disso, irão discutir se precisamos de novos recursos próprios e mais dívida para financiar o próximo QFP?

O evento decorrerá em formato híbrido, podendo encontrar [aqui](#) mais informação e a ligação onde poderá efetuar o registo para participação presencial ou à distância.

26 e 27 de junho



Reunião do Conselho Europeu, 26 e 27 de junho de 2025

A [convite](#) do Presidente do Conselho Europeu, António Costa, irá decorrer mais reunião do Conselho Europeu nos próximos dias 26 e 27 de junho de 2025.

Em breve estarão disponíveis [aqui](#) todas as informações respeitantes a esta reunião.

Até 30 de junho



Comissão procura contributos para reforçar a cibersegurança dos hospitais e dos prestadores de cuidados de saúde

A Comissão lançou uma [consulta](#) sobre o [Plano de Ação para a Cibersegurança para os hospitais e os prestadores de cuidados de saúde](#). Publicado em 15 de janeiro de 2025, este plano de ação é essencial para proteger o setor da saúde contra ciberameaças e contribui para o êxito da implementação do Espaço Europeu de Dados de Saúde (EHDS).

A fim de assegurar a aplicação e o impacto efetivos das medidas delineadas no plano de ação, a Comissão convida as partes interessadas a participar na consulta. Os cidadãos, os profissionais de saúde, as autoridades de saúde, os doentes, os profissionais responsáveis pela conformidade e privacidade de dados, os profissionais de cibersegurança, as organizações e o meio académico, entre outros, são convidados a partilhar os seus pontos de vista. Os resultados contribuirão ainda mais para o desenvolvimento das recomendações que a Comissão tenciona apresentar até ao final do ano. **O prazo para a apresentação de contribuições é 30 de junho de 2025.**

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o trabalho levado a cabo pela Comissão sobre Cibersegurança nos cuidados de saúde.

Até 8 de julho



Comissão Europeia lança consulta pública sobre contas de poupança e investimento

A Comissão Europeia lançou um convite à participação pública para recolher contributos sobre a criação de contas de poupança e investimento a nível europeu. Esta iniciativa insere-se na [estratégia da União de Poupança e Investimento](#), com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos aos mercados de capitais, aumentar os rendimentos das suas poupanças e reforçar o financiamento às empresas da UE.

A consulta visa identificar boas práticas e soluções para tornar estas contas um ponto de entrada simples, acessível e fiscalmente eficiente para investidores de retalho. As contas de poupança e investimento poderão permitir aos europeus investir em ações, obrigações e fundos de forma direta e fácil, apoiando objetivos pessoais como a reforma, a compra de casa ou o financiamento da educação dos filhos. Além disso, com estas contas pretende-se estimular o investimento privado para apoiar o crescimento, a inovação e a criação de emprego na UE.

A Comissão apela aos cidadãos, empresas e outras entidades a apresentar os seus pontos de vista no portal "[Dê a sua opinião](#)".

O convite à apresentação de provas estará aberto durante quatro semanas e as contribuições serão tidas em conta pela Comissão na elaboração da sua recomendação relativa à criação de contas de poupança e investimento, prevista para o terceiro trimestre de 2025.



EUROPE DIRECT: Comissão Europeia lança convite à apresentação de propostas para centros 2026-2030

A Representação da Comissão Europeia em Portugal publicou um [convite à apresentação de propostas](#) para a seleção de entidades parceiras que venham a operacionalizar os centros EUROPE DIRECT no período de 2026 a 2030.

Os centros [EUROPE DIRECT](#) têm como principal missão aproximar a União Europeia dos cidadãos, explicando as suas iniciativas, promovendo o diálogo e estimulando a participação ativa na construção do projeto europeu, ao nível local e regional.

O prazo para apresentação das candidaturas termina no dia 8 de julho de 2025, às 16h00 (hora de Portugal continental). O convite oficial à apresentação de propostas e respetivos anexos, incluindo o guia do candidato, estão disponíveis [nesta página](#).

Podem candidatar-se entidades jurídicas estabelecidas em Portugal, pertencentes a uma das seguintes categorias: organismos públicos (como municípios ou outras autoridades locais e regionais); organismos privados com missão de serviço público; Federações ou associações de autoridades locais; organizações sem fins lucrativos; Associações e fundações; organizações da sociedade civil; parceiros sociais; estabelecimentos de ensino ou de formação.

Para apoio técnico relacionado com o [processo de candidatura](#), os interessados poderão consultar as perguntas frequentes disponíveis no portal [Funding & Tenders FAQ](#). **Dúvidas sobre o conteúdo do convite devem ser enviadas exclusivamente por escrito para o endereço eletrónico: COMM-REP-PT-EUROPE-DIRECT@ec.europa.eu até ao dia 30 de junho de 2025.**



Comissão lança consulta pública sobre a sua estratégia antirracismo

Foi lançada pela Comissão uma consulta pública que visa recolher os pontos de vista de cidadãos e organizações na luta contra o racismo, com o objetivo de definir a nova estratégia antirracismo da UE para 2026-2030.

A estratégia irá basear-se no caminho definido no Plano de Ação da UE Contra o Racismo, que visa intensificar os esforços para combater o racismo a nível individual e estrutural, combater o racismo na vida quotidiana e promover a diversidade na força de trabalho da UE.

A futura estratégia da UE para a luta contra o racismo deverá definir medidas capazes de assegurar uma proteção e prevenção eficazes contra a discriminação racial.

A **consulta pública** está disponível através desta [ligação](#) e estará **aberta até 8 de julho de 2025**.



Sistema de comércio de licenças de emissão da UE para instalações marítimas, aeronáuticas e fixas e reserva de estabilização do mercado — revisão

A Comissão [lançou](#), uma consulta pública para a avaliação e revisão de 2026 do regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE) para o setor marítimo e aéreo e da reserva de estabilização do mercado (REM). Até 2026, está prevista uma revisão de alguns elementos do RCLE e da REM, que incluirá uma avaliação da necessidade de políticas adicionais para atingir os objetivos climáticos da UE.

A consulta visa assegurar que todas as partes interessadas possam apresentar os seus pontos de vista sobre a revisão da Diretiva RCLE e da Decisão REM. O questionário para esta consulta inclui perguntas para avaliar o impacto do RCLE-UE para a aviação e o

transporte marítimo na conectividade das ilhas, dos territórios remotos e das regiões ultraperiféricas (incluindo uma pergunta específica para as regiões ultraperiféricas).

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 8 de julho de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 11 de julho



A Comissão recolhe comentários sobre a próxima Lei das Redes Digitais

A Comissão lançou uma consulta para a recolha de comentários sobre como ultrapassar barreiras para operações empresariais transfronteiriças, fomentar a inovação e aumentar o investimento no setor das comunicações eletrónicas na Europa.

Isto ajudará a Comissão a fazer face aos desafios da implementação de redes avançadas, como fibra, 5G/6G e infraestrutura baseada na nuvem, na Lei das Redes Digitais, prevista para adoção até ao final de 2025.

Juntamente com a revisão do Código Europeu das Comunicações Eletrónicas, a Lei das Redes Digitais permitirá simplificar, harmonizar ainda mais e atualizar as regras atuais. Isto reforçará a competitividade e impulsionará um mercado único mais integrado.

Além desta recolha de comentários, a Comissão está também a reunir contribuições através de três estudos que abrangem regras para permitir redes transfronteiriças, acesso à infraestrutura e soluções para questões de financiamento.

A [consulta](#) estará aberta até 11 de julho. As empresas, a sociedade civil, as autoridades públicas e as partes interessadas são convidadas a contribuir com os seus comentários.

Até 14 de julho



Política agrícola da UE: estratégia para promover a renovação geracional

A Comissão está a recolher contributos de agentes do setor agrícola para definir uma estratégia no âmbito da futura Política Agrícola Comum que promova a renovação geracional do setor.

Em 2025, a Comissão comprometeu-se a impulsionar, por meio de uma estratégia específica, a renovação geracional no setor agrícola.

Com esta estratégia, abordará os desafios demográficos com que o setor agrícola da UE se defronta, atraindo e apoiando os jovens agricultores empreendedores.

O objetivo da estratégia é eliminar obstáculos, como o acesso limitado à terra, ao crédito e aos serviços rurais, e melhorar a perceção da agricultura pela sociedade, a fim de assegurar um setor sustentável, competitivo, inovador e diversificado.

As partes interessadas poderão submeter o seu contributo até ao próximo dia 14 de julho de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas), através da página referente à [consulta pública](#).

Até 18 de julho



A Comissão lança uma consulta pública sobre sistemas de IA de alto risco

A Comissão lançou uma [consulta pública](#) para reunir contribuições sobre a implementação das regras do Regulamento da Inteligência Artificial (Regulamento da IA) em sistemas de IA de alto risco. A consulta irá recolher exemplos práticos e esclarecer questões relacionadas com sistemas de IA de alto risco. Este feedback será levado em consideração nas próximas diretrizes da Comissão sobre a classificação de sistemas de IA de alto risco, e requisitos e obrigações relacionadas. Também irá recolher contribuições sobre responsabilidades ao longo da cadeia de valor da IA.

O Regulamento da IA identifica dois tipos de sistemas de IA 'de alto risco': (1) importantes para a segurança do produto de acordo com a legislação harmonizada da União sobre segurança de produtos; e (2) aqueles que podem afetar significativamente a saúde, segurança ou direitos fundamentais das pessoas em casos de uso específicos listados no Regulamento da IA.

As partes interessadas, incluindo prestadores e desenvolvedores de sistemas de IA de alto risco, empresas e autoridades públicas que utilizam tais sistemas, bem como academia, instituições de investigação, sociedade civil, governos, autoridades de supervisão e cidadãos em geral são convidados a partilhar as suas opiniões.

A [consulta](#) estará aberta durante 6 semanas até 18 de julho de 2025.

Até 31 de julho



Parlamento lança convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia

O Parlamento Europeu lançou oficialmente o convite à apresentação de candidaturas para a quinta edição do Prémio Daphne Caruana Galizia para o Jornalismo.

O Prémio é atribuído anualmente e distingue trabalhos jornalísticos de excelência que promovam os valores fundamentais da União Europeia. A distinção é atribuída todos os anos no dia 16 de outubro, data da morte da jornalista Daphne Caruana Galizia, jornalista e ativista anticorrupção maltesa, que morreu vítima de assassinato a 16 de outubro de 2017.

Podem apresentar a sua candidatura os jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade que tenham publicado trabalhos em meios sediados na UE, com o objetivo de valorizar o papel do jornalismo na defesa dos princípios basilares da União, como a dignidade humana, a democracia e os direitos humanos.

O prémio e a recompensa de 20 mil euros refletem o apoio do Parlamento Europeu ao jornalismo de investigação e à imprensa livre, num contexto em que se verificam crescentes ameaças ao pluralismo mediático dentro e fora da UE.

Os jornalistas interessados podem apresentar [aqui](#) a sua candidatura **até ao dia 31 de julho de 2025**, podendo encontrar [aqui](#) mais informações sobre o prémio.

Até 5 de agosto



Comissão procura opiniões sobre nova iniciativa para reforçar a infraestrutura energética da UE

A Comissão está a convidar para feedback de autoridades, empresas, cidadãos e outras partes interessadas sobre o pacote da Rede Europeia. Esta iniciativa contribuirá para completar a União Energética e para aumentar a competitividade ao facilitar o acesso a energia acessível, segura e limpa. Assegurar uma rede de energia europeia bem integrada e otimizada é crucial para acelerar uma transição energética limpa e rentável.

O [convite para a apresentação de evidências](#) e a [consulta pública](#) aberta irão contribuir para o trabalho da Comissão sobre medidas para acelerar a modernização, digitalização e expansão da infraestrutura da rede europeia. Esta iniciativa visa eliminar estrangulamentos e aumentar a eficiência geral de um sistema energético bem interconectado e resiliente.

Esperado para o final do ano, o Pacote da Rede focará na eletricidade, mas abrangerá outras categorias de infraestrutura, incluindo o hidrogénio. O Pacote da Rede Europeia foi anunciado como parte da [Bússola da Competitividade](#) e do [Acordo Industrial Limpo](#). O [Plano de Ação para Energia Acessível](#) sublinha que uma rede eficiente é um facilitador da transição energética, ajudando todos a beneficiarem de energia a preços acessíveis e competitivos.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 11 de agosto



A Comissão procura contributos para a sua futura Estratégia de Igualdade de Género

A Comissão lançou uma consulta pública aberta para reunir opiniões de toda a sociedade sobre a próxima Estratégia de Igualdade de Género para 2026-2030.

Esta Estratégia definirá a visão para a igualdade de género para os próximos cinco anos. A Estratégia listará ações específicas para garantir que mulheres e homens, em toda a sua diversidade, possam alcançar o seu pleno potencial, sem limitações como estereótipos de género, lacunas de género ou violência baseada no género. Estas ações irão construir sobre os progressos realizados com a [Estratégia de Igualdade de Género 2020 - 2025](#) e reforçar os compromissos assumidos no recém-publicado [Roteiro para os Direitos das Mulheres](#)

A [consulta](#) decorrerá durante doze semanas, até 11 de agosto de 2025.

Até 29 de agosto



Comissão Europeia lança consulta sobre melhoria das pensões complementares na UE

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública para recolher opiniões sobre como tornar as pensões complementares mais acessíveis, transparentes e eficazes para os cidadãos da UE. Esta iniciativa faz parte da [União da Poupança e do Investimento](#) e

visa fortalecer a segurança financeira dos cidadãos na reforma, de modo a incentivar uma maior participação em regimes de pensões profissionais e pessoais.

A consulta foca várias áreas, incluindo a possibilidade de inscrição automática para aumentar a adesão aos sistemas de pensões, além do desenvolvimento de sistemas nacionais de monitorização das pensões e painéis de controlo para fornecer informações mais claras aos cidadãos. A Comissão também está a rever a [Diretiva IORP II](#), que regula as instituições de pensões profissionais, e busca melhorar a gestão de riscos, a transparência e a governança desses regimes.

Além disso, a consulta aborda a adoção do [Produto de Pensão Pessoal Pan-europeu](#) (PEPP), procurando identificar barreiras à sua implementação e formas de facilitar a distribuição de rendimentos. A Comissão [convida](#) todos os interessados a **enviarem contribuições até 29 de agosto de 2025**. As contribuições recolhidas irão servir de base para um pacote de medidas que será apresentado no último trimestre de 2025.

Até 5 de setembro



Comissão Europeia prepara Estratégia para fortalecer a sociedade civil na UE

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública como parte dos preparativos para a futura Estratégia da Sociedade Civil da UE, um plano ambicioso que visa proteger e reforçar a atuação das organizações da sociedade civil em todos os Estados-Membros.

A nova estratégia irá propor medidas concretas para melhorar as condições de funcionamento das organizações da sociedade civil, reconhecendo o seu papel essencial na defesa da democracia e dos direitos fundamentais.

A [consulta pública](#) para o desenvolvimento da futura Estratégia da Sociedade Civil já se encontra aberta e convida cidadãos, representantes da sociedade civil e outras partes interessadas a apresentarem as sugestões, até ao dia 5 de setembro.

Até 8 de setembro



Pescas sustentáveis na UE: estado da situação e orientações para 2026

Esta iniciativa consiste num relatório e numa consulta sobre a execução da política comum das pescas.

O relatório avalia, em especial: os progressos realizados com vista a uma pesca sustentável; o estado das unidades populacionais de peixes; a aplicação da obrigação de desembarcar; e, o equilíbrio entre a capacidade da frota e as possibilidades de pesca.

A consulta visa recolher as opiniões das partes interessadas sobre as possibilidades de pesca para 2026.

Pode apresentar os seus comentários [aqui](#).

Até 10 de setembro



Ações Marie Skłodowska-Curie: Bolsas de Pós-Doutoramento

A ação Bolsas de Pós-Doutoramento destina-se a investigadores doutorados que pretendam realizar as suas atividades de investigação no estrangeiro, adquirir novas competências e desenvolver as suas carreiras.

O convite à apresentação de propostas em 2025 para as bolsas de [pós-doutoramento das Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\)](#) está aberto desde 8 de maio de 2025.

O convite à apresentação de propostas **encerrará a 10 de setembro de 2025** e prevê-se que financie quase 1650 projetos.

O convite está aberto a candidaturas em qualquer domínio científico, incluindo a investigação Euratom, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre as Bolsas e as Condições aplicáveis aos investigadores e às organizações.

16 e 17 de setembro



Conferência do Pacto Rural: nova data prevista para 16 e 17 de setembro de 2025

O Gabinete de Apoio ao Pacto Rural anunciou que a nova data da Conferência foi marcada para 16 e 17 de setembro de 2025. A Conferência do Pacto Rural, organizada pelo Gabinete de Apoio ao Pacto Rural, reunirá 250 participantes de toda a Europa. O evento oferecerá dois dias de networking e facilitará intercâmbios para avançar na visão rural 2040, atualizar o Plano de Ação Rural e orientar as ações do Pacto Rural e as políticas futuras.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 24 de setembro



Comissão Europeia lança novos prémios para promover desporto e atividade física

A Comissão Europeia lançou os Prémios Europeus do Desporto #BeActive, uma nova iniciativa financiada pelo programa [Erasmus+](#) para reconhecer projetos excecionais que promovem o desporto e a atividade física. Os prémios irão distinguir realizações em cinco categorias: atividade física, inclusão, voluntariado, intergeracionalidade e paz.

Este concurso é inspirado no sucesso de iniciativas anteriores, como os prémios #BeActive e #BeInclusive EU Sport Awards, e representa um aumento significativo nos fundos disponíveis.

As **candidaturas** podem ser submetidas **até 24 de setembro de 2025, às 17h00** (horário de Verão da Europa Central). Os finalistas e vencedores serão anunciados na primavera de 2026.

Mais informações sobre o processo de candidatura estão disponíveis no sítio Web [EU Sport](#) e no [Portal de Financiamento e Concursos da UE](#).

16 e 17 de outubro



2ª Cimeira de sensibilização para as Algas, Berlim, 16 e 17 de outubro

Na sequência do sucesso da [primeira cimeira de sensibilização para as algas da UE](#), a 2.ª cimeira da UE sobre a sensibilização para as algas terá lugar nos dias 16 e 17 de outubro de 2025 no [centro de conferências Axica](#), em Berlim, na Alemanha.

A Cimeira faz parte de um esforço contínuo para informar as administrações dos Estados-Membros da UE e os cidadãos da UE sobre os muitos benefícios do cultivo de algas, produtos e serviços – para as economias nacionais e regionais, para as comunidades costeiras e para a saúde dos nossos oceanos e águas.

A Cimeira é organizada pela [EU4Algae](#) em cooperação com a Comissão Europeia. Os participantes terão a oportunidade de explorar histórias de sucesso da vida real dentro e fora do setor das algas da UE, ouvir os principais especialistas e líderes da indústria e participar em painéis dinâmicos e mesas redondas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre este evento, onde poderá também efetuar o registo para a participação.

ACONTECEU



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Atenuar o êxodo rural com medidas direcionadas

Num [relatório](#) sobre o fortalecimento das áreas rurais da UE, os eurodeputados defendem que o investimento em ligações de transporte e conectividade digital, atividades económicas incluindo a agricultura e serviços públicos essenciais, como saúde e educação, pode ajudar a enfrentar os desafios demográficos e económicos atuais. O Parlamento Europeu adotou o relatório com 622 votos a favor, 24 contra e 21 abstenções.

Notando que as áreas rurais enfrentam um declínio populacional que equivale a um “êxodo rural” sobretudo por parte de jovens, os eurodeputados pedem incentivos direcionados e um Plano de Ação para Combate à Fuga de Cérebros da Comissão. Medidas desse tipo contribuiriam para um efetivo “direito de ficar” nessas áreas. Os incentivos poderiam incluir medidas fiscais, apoio à formação profissional, acesso melhorado ao crédito e incentivos para que os jovens comprem e renovem casas em áreas rurais.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Conselho aprova posição sobre conjunto de medidas atualizadas para tornar setor vinícola da UE mais competitivo e preparado para o futuro

O Conselho da União Europeia aprovou esta semana um mandato de negociação sobre um novo conjunto de medidas destinadas a tornar o setor vitivinícola mais competitivo e adaptado aos desafios atuais. Entre as principais propostas estão ações para evitar excedentes de produção, maior apoio à adaptação climática, flexibilização das autorizações de plantação e simplificação das regras de rotulagem. O pacote visa ainda fomentar o enoturismo como motor económico das zonas rurais.

As novas regras permitirão, por exemplo, que os Estados-Membros apoiem práticas como a colheita em verde ou o arranque de vinhas para prevenir excedentes. Também será possível aumentar até 80% o apoio financeiro europeu a investimentos relacionados com a mitigação das alterações climáticas. Além disso, a rotulagem dos vinhos será harmonizada com o uso de pictogramas e etiquetas eletrónicas, de modo a facilitar o comércio e o acesso dos consumidores à informação.

O Conselho introduziu alterações à proposta da Comissão, nomeadamente no que respeita à diferenciação de bebidas sem álcool e com baixo teor em álcool. O Conselho também manifestou o apoio a campanhas promocionais fora da UE e defendeu a isenção da obrigatoriedade de rotulagem nutricional para vinhos exportados, para reduzir encargos aos produtores.

Outra novidade na posição do Conselho é o apoio à luta contra doenças como a flavescência dourada, uma ameaça crescente à produção vinícola. Para esse fim, o Conselho prevê realizar ações de monitorização, formação e investigação.

O acordo agora alcançado permite que o Conselho inicie negociações com o Parlamento Europeu, assim que este definir a sua posição.

Pode saber mais sobre as propostas do Conselho [aqui](#).



Ambiente

A Agência Europeia do Ambiente alerta para a falta de equidade nas políticas de adaptação climática

Apesar de uma multiplicação das estratégias climáticas a todos os níveis de governação, as populações mais vulneráveis permanecem à margem das medidas de adaptação dentro da União Europeia. Isto é o constatado pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) num relatório agora publicado: '[Equidade social na preparação para a mudança climática: como uma resiliência justa pode beneficiar as comunidades europeias](#)'.

O documento analisa quatro áreas - habitação, agricultura e alimentação, água e transportes - para demonstrar as fortes desigualdades face aos impactos climáticos, que sofrem ainda de uma aplicação limitada dos princípios de justiça nas políticas de adaptação.

Segundo o estudo, se as pessoas vulneráveis são frequentemente identificadas nos diagnósticos de risco, elas permanecem excluídas das decisões. Assim, apenas 4% dos planos de adaptação locais as envolvem ativamente no planeamento e apenas 3% apresentam objetivos explícitos de justiça social.

A AEA relata também que 19% dos europeus não conseguem manter os seus lares frescos durante o verão, que os trabalhadores agrícolas migrantes estão particularmente expostos a extremos climáticos e que 34% da população da UE é anualmente afetada pelo stress hídrico. O acesso a transportes ou a espaços verdes seguros e acessíveis também permanece desigual, nomeadamente nas áreas de baixos rendimentos.

A AEA recorda que os direitos fundamentais reconhecidos pela Carta da União Europeia, nomeadamente o direito à proteção social (artigo 34) e o direito à saúde (artigo 35), estão diretamente relacionados com a adaptação às alterações climáticas. E a ausência de medidas para as populações vulneráveis poderia, segundo a Agência, comprometer o acesso efetivo a esses direitos nos territórios mais expostos.

É necessário agir de forma mais intensa, considera a AEA, que recomenda a nível europeu a definição de um quadro comum para a "resiliência justa", alocar financiamentos específicos e integrar plenamente esta dimensão no futuro plano de adaptação climática 2026.

A níveis nacionais e locais, recomenda a implicação sistemática dos grupos marginalizados, o seguimento dos impactos sociais e a adaptação cuidadosa das medidas às necessidades reais dos territórios.

Se estas mudanças não forem implementadas, a adaptação climática poderá reproduzir, ou até agravar, as desigualdades existentes.

UE investe 76 mil milhões de euros em proteção ambiental em 2024

Segundo [dados](#) publicados pelo Eurostat, em 2024, os Estados-Membros da União Europeia investiram cerca de 76 mil milhões de euros em ativos essenciais para a proteção ambiental. Os recursos foram aplicados em infraestruturas como estações de tratamento de águas residuais, veículos de transporte de resíduos, equipamentos industriais mais limpos e aquisição de terrenos para reservas naturais. As

empresas responderam por 61,4% desse valor, priorizando tecnologias para reduzir o impacto ambiental das suas operações, enquanto os governos e o setor sem fins lucrativos representaram 38,6% do investimento realizado.

Os investimentos ambientais corresponderam a 2% do total investido na UE em 2024, com maior concentração na gestão de águas residuais (38,2%) e de resíduos (24,8%). Áreas como proteção do ar e do clima (11,2%), atividades de Pesquisa e Desenvolvimento e proteção contra radiação (14%), conservação do solo e das águas subterrâneas (5,6%), biodiversidade e paisagem (5,2%) e redução do ruído (1%) também receberam financiamento. Estes investimentos refletem o compromisso europeu com a sustentabilidade ambiental.

UE reforça combate à desertificação com foco na resiliência hídrica e na igualdade de género

Por ocasião do Dia da Desertificação e da Seca, celebrado esta semana, a Comissão Europeia apresentou duas novas iniciativas para enfrentar os desafios crescentes da seca e da degradação dos solos. Em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), a Comissão anunciou que será lançado um Relatório sobre Indicadores de Resiliência Hídrica, que oferecerá dados científicos para apoiar decisões políticas mais eficazes na preparação para a seca a nível global. Em paralelo, a UE promoverá um Programa de Formação para Mulheres Negociadoras, com o objetivo de reforçar a liderança feminina na diplomacia ambiental e assegurar uma representação mais inclusiva na COP17 da UNCCD, em 2026.

Estas ações integram-se numa abordagem mais ampla da UE para reforçar a resiliência da água e da terra, em linha com a [Estratégia de Resiliência Hídrica](#) e o [Regulamento da Restauração da Natureza](#). Para além das fronteiras europeias, a UE também tem vindo a apoiar projetos no Sahel e no Corno de África, no âmbito da iniciativa [Grande Muralha Verde](#), que combinam restauração de terras, agricultura sustentável, energias renováveis e conservação de recursos.

Mais informações [aqui](#).

Conselho (Ambiente), 17 de junho de 2025: principais resultados alcançados

Os ministros do Ambiente adotaram uma orientação geral sobre a regulamentação de veículos em fim de vida e realizaram uma discussão sobre a posição da UE para a próxima COP30.

Pode consultar [aqui](#) em detalhe os principais resultados alcançados nesta reunião do Conselho Ambiente.

Mecanismo de ajustamento de carbono nas fronteiras (CBAM): Conselho e Parlamento chegam a um acordo sobre a sua simplificação

A presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu alcançaram um acordo provisório sobre uma das propostas do chamado pacote legislativo 'Omnibus I': um regulamento que simplifica e reforça o mecanismo de ajuste de carbono nas fronteiras da UE (CBAM).

A proposta visa proporcionar simplificações e melhorias na conformidade com custos eficientes para o regulamento do CBAM, sem comprometer os seus objetivos climáticos, uma vez que cerca de 99% das emissões incorporadas nos bens do CBAM importados continuariam a estar cobertas. O objetivo geral é reduzir a carga regulatória e administrativa, bem como os custos de conformidade para as empresas da UE, especialmente para as PME.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo.

O acordo provisório agora alcançado deve agora ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu antes da adoção formal, prevista para setembro de 2025.

UNESCO junta-se à Missão Solo para proteger os solos da Europa e do mundo

A UNESCO tornou-se a primeira organização internacional a assinar o [Manifesto da Missão Solo](#), reforçando o seu compromisso com a proteção e recuperação da saúde dos solos. A assinatura ocorreu esta quarta-feira, em Bruxelas, com a presença da diretora-geral adjunta da UNESCO para as Ciências Naturais, Lídia Arthur Brito, e do comissário europeu para a Agricultura, Christophe Hansen. A adesão da UNESCO à Missão Solo sublinha o alinhamento da organização com os objetivos da UE na criação de solos saudáveis, essenciais para a agricultura sustentável e para a luta contra as alterações climáticas. A Missão Solo é uma iniciativa que apela à participação de decisores políticos, organizações e cidadãos para proteger e restaurar a saúde dos solos.

A adesão ao Manifesto da Missão integra-se no âmbito dos esforços da UNESCO para promover a literacia do solo e restaurar terrenos degradados, através da Iniciativa para os Solos e de projetos de sensibilização das comunidades para a restauração dos solos. Já foram investidos na iniciativa mais de 435 milhões de euros desde 2021 e convida organizações e cidadãos a [assinarem](#) o manifesto e a unirem-se ao movimento por solos mais saudáveis.

Mais informações [aqui](#).



Coesão e solidariedade interna da UE

Próximo orçamento de longo prazo da UE: oportunidade de ouro para mais resultados e responsabilidade

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) acaba de publicar um documento de análise em que se debruça sobre as lições tiradas dos orçamentos europeus de longo prazo (os chamados quadros financeiros plurianuais, ou QFP) do passado e, olhando para o futuro, destaca oportunidades de melhoria em pontos fundamentais do QFP para os anos após 2027.

Na mira do TCE estão, por exemplo, a simplificação, a flexibilidade, o financiamento e a garantia de que os responsáveis políticos podem ser chamados à pedra. Para isso, afirmam os auditores, é preciso uma auditoria externa independente a todas as despesas do próximo QFP. Dizem ainda que os decisores em Bruxelas podem agora aprender com o passado, concebendo o novo orçamento de longo prazo de forma a que este seja mais focalizado, consiga mais resultados e cumpra as prioridades políticas da União Europeia (UE).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o documento de análise publicado pelo TCE e [aceder à sua versão integral](#).

O orçamento da UE continuou a produzir resultados e a responder a crises em 2024

O orçamento da UE produziu resultados sobre as principais prioridades e respondeu a crises em 2024, de acordo com o Relatório Anual sobre a Gestão e a Execução (RAGE) da Comissão.

Em 2024, entre muitas realizações, o orçamento da UE apoiou as transições ecológica e digital, contribuiu para reforçar as capacidades de defesa da UE, prestou apoio inabalável à Ucrânia e ajudou a responder à crise humanitária no Médio Oriente. Uma parte significativa destes resultados foi possível graças à revisão intercalar histórica do orçamento de longo prazo da UE, em fevereiro de 2024, que incluiu, pela primeira vez, a revisão dos limites máximos das despesas.

Além disso, o relatório da Comissão sobre o primeiro ano de funcionamento da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), agora publicado, demonstra o valor acrescentado do orçamento da UE na promoção do crescimento e da inovação.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Revisão intermédia da política de coesão: Conselho concorda em posições para melhor lidar com os desafios atuais e emergentes

No contexto da revisão intermédia da atual política de coesão da UE, os representantes dos Estados-Membros (Coreper) acordaram as posições de negociação do Conselho, com o objetivo de abordar melhor os desafios estratégicos atuais e emergentes relacionados com a coesão económica, social e territorial.

Os mandatos de negociação cobrem as propostas da Comissão que alteram: o regulamento sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Coesão, assim como sobre o Fundo para uma Transição Justa (FTJ), e o regulamento sobre o Fundo Social Europeu Plus (FSE+).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre as posições de negociação do Conselho.

Planos nacionais de recuperação devem reforçar a resiliência e a autonomia estratégica da UE

Os eurodeputados pretendem alargar o período de financiamento da recuperação da UE para além de 2026, para assegurar a conclusão dos principais investimentos e projetos de grande escala.

Uma resolução do plenário, adotada por 421 votos a favor, 180 votos contra e 55 abstenções, salienta o efeito estabilizador do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) num momento de grande incerteza económica na Europa.

Os eurodeputados observam que o mecanismo evitou a fragmentação do mercado interno da UE e promoveu a recuperação. Defendem que o financiamento do MRR deve respeitar o princípio da adicionalidade e não substituir o financiamento da política de coesão.

Os deputados estão preocupados com o facto de o curto prazo para a execução do financiamento pendente do MRR colocar desafios à conclusão das principais reformas, aos investimentos em grande escala e aos projetos inovadores, bem como aos marcos e metas que ainda têm de ser alcançados, que correspondem a 70%.

Pedem à Comissão a criar novos programas, que devem ser flexíveis e reativos à evolução das circunstâncias e garantir a previsibilidade. Os eurodeputados também exigem uma prorrogação de 18 meses para os projetos maduros em curso.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a posição adotada pelo Parlamento Europeu.

Eurobarómetro destaca desafios urbanos e urgência de investimentos sustentáveis nas cidades da UE

Os resultados do [Eurobarómetro sobre as cidades de 2025](#) revelam preocupações crescentes entre os cidadãos da União Europeia, especialmente nas áreas urbanas, onde 75% da população vive atualmente. Com a expectativa de esse número subir para 78% até 2050, as cidades continuam a ser motores centrais do crescimento económico e da inovação, mas enfrentam desafios urgentes, como a falta de habitação acessível, o desemprego e a escassez de serviços públicos de qualidade.

Segundo a estatística, mais de metade dos inquiridos (51%) apontam a habitação a preços acessíveis como a principal preocupação da população urbana, seguida pelo desemprego (33%) e pela pobreza (32%). A qualidade dos serviços públicos e a segurança também foram destacadas como áreas prioritárias a ser melhoradas. Em contraste, nas zonas rurais, a principal preocupação está relacionada com a falta de serviços públicos (36%).

Em resposta, a Comissão Europeia está a preparar uma nova Agenda da UE para as Cidades, que irá abranger urbes de todas as dimensões e reforçar o apoio ao desenvolvimento urbano sustentável. O documento será orientado pelas contribuições submetidas em [consulta pública](#) por autoridades públicas, ONG e cidadãos, e irá servir de complemento a documentos estratégicos já existentes, como a Agenda Urbana para a UE.



Cultura e Comunicação

Os Prémios EUmies 2025 celebram o talento jovem da arquitetura na Bienal de Veneza

Os vencedores dos [Prémios EUmies 2025 de Jovem Talento](#) foram anunciados ontem durante a Bienal de Veneza. Os Prémios celebram o talento jovem excepcional na área da arquitetura. Os três laureados deste ano são Brave New Axis da Universidade Politécnica Nacional de Atenas, Forest & Phoenix da Universidade Técnica de Berlim e Hotel Interim da Universidade Bauhaus de Weimar. Os projetos premiados abordam questões como a fragmentação urbana, a resiliência climática, a reutilização temporária e o design impulsionado pela comunidade.

Os prémios oferecem visibilidade e oportunidades a jovens arquitetos, e os vencedores beneficiarão de um apoio contínuo através de oportunidades de networking. Os Prémios EUmies Jovem Talento foram criados em 2016, são atribuídos a cada dois anos e são organizados pela Fundação Mies van der Rohe com o apoio da [Europa Criativa](#), em parceria com a [Associação Europeia para a Educação Arquitetónica](#) (EAAE) e o [Conselho de Arquitetos da Europa](#) (ACE-CAE).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os vencedores.



Defesa e Segurança

Comissão Europeia propõe medidas de simplificação para acelerar investimentos na defesa

A Comissão Europeia propôs medidas para acelerar os investimentos e a produção no domínio da defesa na União Europeia. O objetivo é que a UE responda mais rapidamente aos desafios atuais em matéria de segurança, tal como delineado no [Livro Branco da Comissão sobre a preparação da defesa europeia 2030](#).

As medidas, estabelecidas num *omnibus* (pacote que integra vários domínios legislativos) sobre a prontidão em matéria de defesa, visam ajudar os Estados-Membros e a indústria a aumentar as capacidades e infraestruturas de defesa de modo a alcançar os níveis de preparação necessários para dissuadir um conflito de alta intensidade. As medidas reduzem a burocracia, facilitam os investimentos em capacidades de defesa e proporcionam maior previsibilidade à indústria. Além disso, facilitam o acesso ao financiamento da UE.

Para este efeito, o pacote *omnibus*: introduzirá um regime de licenciamento acelerado para projetos no domínio da defesa. Atualmente, um processo de licenciamento na UE pode demorar vários anos. A proposta reduz este prazo para 60 dias. Propõe igualmente a criação de pontos de contacto únicos nos Estados-Membros para a indústria da defesa; reduzirá os encargos administrativos do [Fundo Europeu de Defesa \(FED\)](#) para candidatos e participantes. Facilitará igualmente uma maior participação das entidades ucranianas no Fundo Europeu de Defesa; facilitará a contratação pública através de incentivos às aquisições conjuntas e aumento dos limiares contratuais, o que permitirá acelerar as transferências transfronteiriças dos produtos de defesa; clarificará a aplicação das regras em vigor a nível da UE, como a legislação em matéria de concorrência e ambiental; assegurará que a regulamentação relativa aos produtos químicos atende às necessidades no domínio da defesa; e, melhorará o acesso a financiamento mediante a racionalização dos critérios de elegibilidade do InvestEU, o fornecimento de orientações sobre investimentos sustentáveis em defesa e a clarificação do conceito de «armas proibidas» ao abrigo do Quadro de Financiamento Sustentável.

Em conjunto, estas alterações visam melhorar as capacidades da Europa para agir prontamente, para se coordenar de forma mais eficaz e para assegurar que a sua indústria de defesa obtém resultados rapidamente e em grande escala.

Mais informações disponíveis [aqui](#).

A Europa e a Austrália comprometem-se com uma parceria de segurança e defesa

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reuniram-se com o Primeiro-Ministro Anthony Albanese e concordaram em iniciar negociações sobre uma Parceria de Segurança e Defesa (PSD) na Cimeira de Líderes do G7 em Alberta, Canadá.

A Parceria fornecerá um quadro para a cooperação atual e futura, incluindo áreas como a indústria de defesa, cibersegurança e contra-terrorismo. As PSDs existentes que a UE tem com outros países incluem cooperação em cibersegurança, combate a ameaças híbridas, segurança marítima, não proliferação e desarmamento, segurança espacial e económica.

Uma Parceria de Segurança e Defesa visa fortalecer a cooperação em desafios de segurança global. Não tem obrigações de desdobramento militar. As discussões sobre uma PSD com a UE e o renovado empenho para concluir um Acordo de Livre Comércio entre a Austrália e a UE demonstram um forte impulso nas relações entre a Austrália e a Europa.

A negociação de uma PSD permanecerá separada dos esforços para concluir um Acordo de Livre Comércio entre a Austrália e a União Europeia, no qual a União Europeia continua focada em avançar no interesse nacional da Austrália.

Mais informação [aqui](#).



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

UE prolonga missão EULEX no Kosovo até 2027 para reforçar Estado de direito

O Conselho da União Europeia [aprovou](#) a renovação do mandato da Missão da UE para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX KOSOVO) até 14 de junho de 2027. A decisão prolonga por mais dois anos a presença da maior missão civil no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da UE, sublinhando o compromisso europeu com a estabilidade e a justiça na região.

Desde a sua criação em 2008, a EULEX tem desempenhado um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento de instituições judiciais e policiais eficazes, inclusivas e alinhadas com os padrões europeus e internacionais em matéria de direitos humanos. A missão atua por meio de monitorização, aconselhamento e orientação a instituições selecionadas do Estado de direito, mantendo também algumas funções executivas.

A EULEX continuará a apoiar as Câmaras Especializadas e o Ministério Público Especializado do Kosovo, além de ajudar as autoridades locais a reforçar a cooperação jurídica com parceiros regionais e internacionais.

A UE vai fornecer 161 milhões de euros em ajuda humanitária para o Afeganistão em 2025

Em virtude da grave crise humanitária vivida no Afeganistão, a Comissão Europeia irá fornecer 161 milhões de euros em ajuda humanitária para ajudar os afegãos mais vulneráveis no país e num plano mais alargado a toda a região.

Esta verba irá apoiar organizações humanitárias que trabalham dentro do Afeganistão com mais de 141 milhões de euros, enquanto também responde às necessidades dos cidadãos afegãos e refugiados no Paquistão e no Irão, com 10 milhões de euros alocados para cada país.

O novo financiamento da UE incluirá assistência alimentar, serviços de saúde e tratamento para a desnutrição, além de melhorar o acesso à água potável e saneamento em áreas remotas. Também envolve a proteção de grupos vulneráveis, incluindo a oferta de assistência jurídica e a salvaguarda dos direitos de indivíduos em risco. A educação em situações de emergência é priorizada, com um enfoque especial em garantir o acesso para meninas, bem como medidas de preparação para desastres.

A ajuda humanitária da UE é canalizada exclusivamente através de parceiros humanitários que trabalham no terreno.

Pode ser encontrada [aqui](#) mais informação.

Tribunal de Contas Europeu: há que melhorar a ajuda humanitária da UE gerida à distância

A Comissão Europeia não está a dar uma resposta satisfatória aos riscos que surgem quando a ajuda humanitária da União Europeia (UE) é gerida à distância. Esta é a conclusão de um relatório publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE). Em zonas de difícil acesso, por questões de segurança ou restrições impostas pelas autoridades locais, Bruxelas recorre a parceiros para fazer chegar a ajuda humanitária e gere-a à distância. Mas esta opção tem falhas e o TCE recomenda melhorias.

A gestão à distância das ações humanitárias traz certas dificuldades. Por exemplo, não se conhecem bem as necessidades, porque as informações não foram verificadas nem são fiáveis ou objetivas. A coordenação também é fraca, tal como a qualidade da assistência às pessoas, o que pode tornar a ajuda menos eficaz. Além disso, há grandes riscos que reduzem a segurança, aumentam a possibilidade de fraude e de desvio da ajuda e prejudicam assim a reputação da UE. Por todas estas razões, Bruxelas pretende financiar apenas ações geridas à distância em último caso.

Entre 2019 e 2023, a Comissão Europeia aprovou 164 ações humanitárias para gestão à distância (parcial ou total) em 10 países. A UE contribuiu para estas ações com 918 milhões de euros (cerca de 8% do total da sua ajuda humanitária neste período). O TCE examinou uma amostra de ações na Síria, na Somália e na Ucrânia.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o relatório publicado pelo TCE e [aceder à sua versão integral](#).

Cimeira do Plano Mattei: declarações da Presidente da Comissão

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, marcou presença na cimeira em Itália, onde será discutida a articulação do projeto Global Gateway da Comissão com o Plano Mattei apresentado pela primeira-ministra italiana Giorgia Meloni, que visa apoiar o desenvolvimento em África e controlar os fluxos migratórios deste continente para a Europa.

Pode ler [aqui](#) o discurso proferido pela Presidente da Comissão Europeia.



Economia, Comércio e Concorrência

Estudo revela impactos positivos do Acordo Económico e Comercial Global nas relações comerciais entre a UE e o Canadá

Um [estudo](#) publicado esta semana pela Comissão concluiu que o Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a União Europeia e o Canadá tem gerado benefícios económicos e sociais consideráveis desde a sua implementação provisória em 2017. O relatório aponta para um aumento de 71% no comércio bilateral de bens e serviços, com as exportações da UE para o Canadá a crescer 64% em bens e 81% em serviços, o que contribuiu para um acréscimo anual de 3,2 mil milhões de euros no PIB da UE.

Além dos ganhos no comércio, o CETA também teve um impacto positivo nas pequenas e médias empresas (PME), que registaram um crescimento de 20,3% nas exportações para o Canadá, superando o aumento de 13,8% verificado nas exportações das grandes empresas. O acordo também fortaleceu a cooperação em matérias-primas críticas, assegurando a segurança do abastecimento para ambas as partes, e fez aumentar o valor dos contratos públicos disponíveis para empresas da UE no Canadá em 8,4%.

No plano social, os efeitos também foram positivos, tendo sido registado um modesto aumento nos salários reais tanto na UE (+0,02%) quanto no Canadá (+0,1%). O comércio de bens e serviços ambientais também cresceu significativamente, com destaque para o aumento de 12% no comércio de bens e 46% nos serviços, refletindo a crescente procura por soluções verdes.

Apesar dos avanços, o estudo aponta áreas que ainda podem ser melhoradas, como a implementação das disposições sobre proteção de investimentos e a atualização das regras relacionadas ao comércio eletrónico, de modo a acompanhar a rápida evolução da economia digital.

A Comissão Europeia irá analisar o relatório e apresentará em breve propostas para otimizar as relações comerciais entre a UE e o Canadá.

Pode saber mais [aqui](#).

OLAF celebra 25 anos com resultados expressivos no combate à fraude

O Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) celebrou seu 25.º aniversário com a publicação de um relatório que evidencia o impacto das ações realizadas pela instituição durante o ano passado. O relatório destaca que em 2024, foram recomendados 871,5 milhões de euros para recuperação e evitados 43,5 milhões de euros em gastos indevidos. Nesse ano, a agência concluiu 246 investigações e abriu 230 novos casos, reforçando a sua atuação na proteção dos fundos da UE.

Entre as principais operações realizadas pelo OLAF em 2024, destacam-se o desmantelamento de uma rede de corrupção na Hungria que desviou 75 milhões de euros provenientes de fundos europeus, além de investigações em países como Serra Leoa, Sri Lanka e Moldávia. O OLAF também combateu fraudes ambientais e o comércio de produtos contrafeitos, incluindo a apreensão de 750 mil artigos falsificados em cooperação com autoridades alfandegárias.

O relatório sublinha ainda a importância da cooperação internacional e interinstitucional para continuar a proteger de forma efetiva os interesses financeiros da UE e garantir que os recursos europeus sejam usados de forma eficaz e segura em benefício dos cidadãos.

Pode consultar [aqui](#) o relatório.

Eurostat divulga painel mensal com dados sobre economia da UE

O Eurostat lançou o Monitor Estatístico Europeu, um painel mensal com indicadores de curto prazo que avaliam áreas como economia, saúde, ambiente e trabalho na União Europeia e países da Associação Europeia de Comércio Livre. A edição mais recente destaca a continuação do crescimento moderado da economia da UE, com inflação em queda, mercado de trabalho forte e melhoria no sentimento económico.

Pode consultar [aqui](#) o Monitor Estatístico Europeu.

Eurostat apresenta perfil económico das empresas

O Eurostat divulgou uma nova [análise](#) sobre as características económicas das empresas, destacando a importância da afiliação a grupos empresariais para o desempenho económico. A nova abordagem permite uma compreensão mais aprofundada da estrutura empresarial e da relevância das pequenas e médias empresas (PME), especialmente quando fazem parte de grupos maiores.

Em 2022, nos 13 países analisados (incluindo Bélgica, França, Itália e Países Baixos), as PME independentes representavam 95% de todas as empresas ativas. As PME pertencentes a grupos empresariais – chamadas PME dependentes – somavam apenas 4,9%, mas o seu peso económico era muito superior ao das independentes.

De acordo com os dados publicados, essas PME dependentes foram responsáveis por 17,3% do total de empregos, 25,6% dos salários e remunerações, 28,9% do volume de negócios líquido, 23,3% do valor acrescentado e 22,4% do excedente bruto de exploração. Já as

grandes empresas representavam apenas 0,1% do total, reforçando o papel central das PME no tecido empresarial europeu, especialmente quando integradas em estruturas corporativas mais amplas.

A nova classificação proposta pelo Eurostat oferece ferramentas valiosas para políticas públicas mais eficazes, ao distinguir o impacto económico das PME conforme a sua estrutura organizacional.

Comissão aceita compromissos propostos pelo AliExpress ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais e toma novas medidas em matéria de produtos ilegais

A Comissão tomou duas medidas importantes na sua investigação relativa à conformidade do AliExpress com o Regulamento dos Serviços Digitais (RSD). O RSD e as medidas tomadas visam garantir a segurança dos utilizadores e dos consumidores em linha.

Em primeiro lugar, a Comissão aceitou e tornou vinculativa uma série de compromissos propostos pelo AliExpress para resolver uma série de preocupações, como a transparência da plataforma em matéria de publicidade e de sistemas de recomendação.

Em segundo lugar, na sequência da sua investigação aprofundada, a Comissão considerou, a título preliminar, que o AliExpress violou a sua obrigação de avaliar e atenuar os riscos relacionados com a difusão de produtos ilegais ao abrigo do RSD.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).

Comissão propõe medidas para relançar o regime da UE para a titularização

A Comissão Europeia adotou um pacote de medidas para simplificar o regime de titularização da UE e torná-lo mais adequado à sua finalidade. As medidas propostas visam facilitar a atividade de titularização na UE, continuando simultaneamente a salvaguardar a estabilidade financeira. Um quadro de titularização mais sólido e mais simples pode ajudar a canalizar mais investimentos para a economia real, apoiando o crescimento económico, a inovação e a criação de emprego em toda a UE. Esta é a primeira iniciativa legislativa proposta no âmbito da Estratégia da União da Poupança e dos Investimentos (SIU).

A titularização consiste na agregação de créditos e dívida, detidos por bancos e instituições financeiras, que passam a estar agrupados em novos produtos que investidores podem comprar. Permite aos bancos libertar capital para novos empréstimos às famílias e às empresas, possibilitando simultaneamente partilhar o risco de crédito mais além do sistema bancário.

O regime existente entrou em vigor em 2019 e introduziu um conjunto de regras que reforçaram a proteção dos investidores, a transparência e a estabilidade financeira. Com base na aplicação do regime de titularização ao longo dos últimos seis anos, a Comissão identificou alguns aspetos das regras em vigor que estão a dificultar a evolução do mercado.

As alterações específicas da regulamentação propostas visam dar resposta a estas insuficiências e, em última análise, impulsionar o mercado de titularização da UE. Com a eliminação de obstáculos indevidos à emissão e ao investimento, espera-se que as instituições financeiras desenvolvam mais atividades de titularização e, sobretudo, tirem partido da redução das necessidades de capital para conceder mais empréstimos às famílias e às empresas da UE.

Conheça as medidas propostas e veja mais informações no [comunicado de imprensa](#).

Comissão decide instaurar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por não ter notificado medidas em matéria de impostos especiais de consumo

A Comissão Europeia [decidiu](#) instaurar uma ação contra **Portugal** no Tribunal de Justiça da União Europeia por não ter transposto para o direito nacional a [Diretiva \(UE\) 2020/262 do Conselho](#), de 19 de dezembro de 2019, que estabelece o regime geral dos impostos especiais de consumo (reformulação) e a [Diretiva \(UE\) 2020/1151 do Conselho](#), de 29 de julho de 2020, que altera a [Diretiva 92/83/CEE](#) relativa à harmonização da estrutura dos impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas.

Portugal é o único Estado-Membro que não transpôs integralmente as disposições destas diretivas para o direito nacional.

A Comissão considera que os esforços envidados pelas autoridades competentes até à data são insuficientes, pelo que decidiu instaurar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia solicitando a aplicação de sanções financeiras.

Comissão Europeia aprova condicionalmente aquisição do Banco BPM pela UniCredit

A Comissão Europeia [aprovou](#), sob condições, a aquisição do Banco BPM pela UniCredit, ao abrigo do Regulamento das Concentrações da UE. A operação foi autorizada após uma análise detalhada que identificou os riscos desta aquisição para a concorrência no setor bancário italiano, sobretudo ao nível local. Para mitigar essas preocupações, a UniCredit comprometeu-se a alienar 209 agências em zonas com sobreposição significativa de atividade.

A investigação da Comissão revelou que a fusão poderia reduzir a concorrência nos mercados de depósitos e empréstimos para consumidores e PME em 181 áreas locais. No entanto, concluiu-se que, a nível regional, a operação não levanta preocupações significativas, dado que outros bancos manteriam uma presença forte no mercado. A Comissão também descartou riscos de coordenação no mercado bancário italiano.

A aprovação da transação está condicionada ao cumprimento total dos compromissos assumidos pela UniCredit, os quais serão monitorizados por um administrador independente sob supervisão da Comissão. A alienação das agências deve assegurar que as quotas de mercado da nova entidade se mantenham dentro de limites compatíveis com um ambiente competitivo.

Na sua avaliação, a Comissão também rejeitou um pedido da autoridade italiana da concorrência para analisar o caso, considerando mais adequado mantê-lo a nível europeu, dada a importância estratégica do setor financeiro.

Mais informações estarão disponíveis no sítio Web da Comissão dedicado à [concorrência](#), no registo público de processos, com o número [M.11830](#).

UE reduz prazo de liquidação de valores mobiliários para um dia a partir de 2027

A Comissão Europeia celebrou o acordo político alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho da UE para reduzir o ciclo de liquidação de valores mobiliários de dois dias para um. A medida, que altera o Regulamento relativo às Centrais de Valores Mobiliários (CSDR), entrará em vigor até 11 de outubro de 2027.

A liquidação é o processo que assegura a troca efetiva entre títulos e pagamento após uma transação. Atualmente, esse ciclo na UE é de dois dias úteis (T+2). Com a nova regulamentação, o prazo será encurtado para um dia (T+1), aproximando a UE de outras jurisdições que já implementaram esse modelo.

Segundo a Comissão, a mudança representa um passo importante para aumentar a resiliência e a dos mercados de capitais europeus. A medida também contribuirá para aprofundar a União da Poupança e do Investimento, promovendo mercados mais integrados no bloco.

Além de reduzir custos associados ao desalinhamento com outras jurisdições, a definição de uma data clara para a mudança também visa garantir segurança jurídica e tempo adequado para a adaptação dos participantes do mercado à mudança.

Mais informações disponíveis [aqui](#).



Emprego e Demografia

Taxa de vagas de emprego na zona euro recua para 2,4% no primeiro trimestre de 2025

Segundo dados divulgados pelo Eurostat, a taxa de vagas de emprego na zona euro caiu para 2,4% no primeiro trimestre de 2025. A estatística revela uma trajetória de desaceleração no surgimento de vagas de emprego, após a taxa de vagas ter sido de 2,5% no quarto trimestre de 2024 e de 2,9% no mesmo período do ano anterior. Na União Europeia como um todo, a taxa também diminuiu, passando de 2,3% para 2,2% entre o quarto trimestre de 2024 e o primeiro de 2025.

A análise setorial revela que os serviços continuam a concentrar a maior parte das vagas em aberto, com uma taxa de 2,7% na zona euro e 2,5% na UE. Já a indústria e construção apresentaram taxas menores: 2,1% e 1,9%, respetivamente. Entre as atividades económicas com maior escassez de mão de obra destacam-se as áreas administrativas e de apoio (3,9%), alojamento e restauração (3,4%) e atividades profissionais, científicas e técnicas (3,3%).

Entre os Estados-Membros com dados disponíveis, os Países Baixos (4,2%), Bélgica (4,1%) e Áustria (3,6%) registaram as taxas mais elevadas de vagas por preencher. Por outro lado, Roménia (0,6%), Polónia (0,8%) e Espanha e Bulgária (ambas com 0,9%) apresentaram os menores níveis de vagas de emprego disponíveis.

O recuo generalizado na taxa de vagas sugere um abrandamento na procura por trabalhadores na maioria dos países europeus, embora setores como construção, tecnologia e serviços temporários continuem a enfrentar dificuldades para preencher postos de trabalho.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Serviços Públicos de Emprego reforçam parcerias com setor privado e terciário na UE

A Rede Europeia de Serviços Públicos de Emprego (Rede SPE) divulgou um novo relatório que analisa a evolução das parcerias entre os serviços públicos de emprego (SPE), os serviços privados de emprego (PrES) e organizações do setor terciário. O documento, baseado em inquéritos realizados em 2024, revela um reforço da cooperação entre as várias redes de emprego europeias com o objetivo de prestar serviços mais eficazes e personalizados no mercado de trabalho europeu.

De acordo com o relatório, estas parcerias visam sobretudo melhorar o alcance e a qualidade dos serviços prestados, especialmente a grupos vulneráveis. A colaboração também permitiu otimizar o aproveitamento de competências especializadas, reduzir custos operacionais e introduzir práticas inovadoras, como a contratação dinâmica de prestadores e a liberdade de escolha para os candidatos a emprego.

As práticas de cooperação variam entre os países e SPE analisados, desde partilha de vagas e dados até modelos de contratação por resultados. Apesar das vantagens, o relatório refere que persistem desafios como a partilha de informação atualizada, o cumprimento de normas de proteção de dados e a confiança entre entidades parceiras.

O relatório destaca ainda o papel cada vez mais relevante dos serviços privados de emprego no recrutamento de cidadãos da União Europeia e do Espaço Económico Europeu. Estas parcerias têm-se revelado fundamentais para responder aos desafios das transições laborais, promovendo modelos de colaboração mais ágeis e sustentáveis e contribuindo para o desenvolvimento de ecossistemas de emprego mais inclusivos e orientados para o futuro.

Pode saber mais [aqui](#).

UE avança com nova lei para proteger estagiários e combater abusos laborais

O Conselho da União Europeia [aprovou](#) esta semana a sua posição oficial sobre uma nova diretiva que visa melhorar as condições de trabalho dos estagiários e combater os chamados estágios "falsos". A proposta pretende garantir que os estagiários não sejam explorados em situações que disfarçam vínculos laborais sem os direitos correspondentes, respeitando simultaneamente a diversidade dos sistemas nacionais dos Estados-Membros.

A diretiva terá um duplo âmbito de aplicação: por um lado, melhora as condições dos estagiários com vínculo laboral; por outro, combate práticas abusivas em situações de estágios falsos, que não garantem proteção legal adequada. Ficam excluídos da nova legislação os estágios integrados em programas educativos formais ou em políticas públicas de emprego, dada a sua natureza regulada.

O texto acordado assegura maior clareza nos termos usados, como a definição de "estágio falso", e dá margem de manobra aos países da UE para escolher os meios de implementação, seja através de leis, práticas administrativas ou acordos coletivos. Os representantes dos trabalhadores poderão, se permitido pelas legislações nacionais, atuar em nome dos estagiários em processos legais.

Com este acordo, o Conselho está pronto para iniciar negociações com o Parlamento Europeu.

Após o consenso entre as instituições e os devidos trâmites legais e linguísticos, a diretiva será adotada e publicada. Os Estados-Membros terão, em princípio, dois anos para transpor as novas regras para a legislação nacional.



As conclusões do Conselho da UE sobre a segurança energética rejeitadas pela Hungria e pela Eslováquia

Os ministros europeus da Energia não conseguiram aprovar as conclusões do Conselho sobre a segurança energética, como desejava a Presidência polaca do Conselho da UE.

A Hungria e a Eslováquia opuseram-se firmemente ao texto, enquanto os 25 outros Estados membros o apoiaram. Isso significa que o texto pode ser adotado, mas apenas como conclusões da Presidência. Desde a publicação da 'folha de rota' da Comissão Europeia para a eliminação de combustíveis fósseis russos a 6 de maio, os dois países opuseram-se a uma menção a esta comunicação nas conclusões sobre a segurança energética.

O texto final leva em consideração as reivindicações enunciadas na 'folha de rota' e a intenção da Comissão de apresentar as propostas decorrentes desta comunicação inicial. Segundo um diplomata polaco, este ponto teria novamente sido debatido à luz do recente ataque de Israel ao Irão, que despertou novas preocupações quanto à segurança de abastecimento na Europa. É, de qualquer forma, a posição da Hungria, uma vez que o seu ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio, Péter Szijjártó, declarou na rede social X que "a política energética é uma competência nacional, o que coloca em perigo a nossa soberania e a nossa segurança energética". "Face à escalada no Médio Oriente, propusemos que nenhum plano deste tipo fosse apresentado", acrescentou.

Pode aceder [aqui](#) ao texto de Conclusões da Presidência e [aqui](#) aos principais resultados alcançados na reunião.

Quota de eletricidade proveniente de fontes renováveis diminui no início de 2025

Segundo dados publicados pelo Eurostat, no primeiro trimestre de 2025, 42,5% da eletricidade líquida gerada na União Europeia teve origem em fontes de energia renováveis, segundo dados recentes. O valor representa uma queda de 4,3 pontos percentuais face ao mesmo período de 2024, quando a quota era de 46,8%. Apesar do crescimento expressivo da produção solar, que passou de 40,9 TWh para 55 TWh, a redução na geração eólica e hidroelétrica comprometeu o resultado global.

A Dinamarca liderou entre os Estados-Membros, com 88,5% da sua eletricidade proveniente de fontes renováveis, seguida de perto por Portugal (86,6%) e Croácia (77,3%). Por outro lado, as quotas mais baixas foram registadas na Chéquia (13,4%), Malta (14,4%) e Eslováquia (15,1%).

Em 19 países da UE, a quota de renováveis na eletricidade produzida caiu face ao primeiro trimestre de 2024, refletindo sobretudo a quebra na produção hidroelétrica e eólica. Grécia (-12,4 pp), Lituânia (-12,0 pp) e Eslováquia (-10,6 pp) registaram as maiores descidas.

Entre as fontes renováveis, a energia eólica continuou a ter maior peso (42,5%), seguida da hidráulica (29,2%) e da solar (18,1%). Por sua vez, os combustíveis renováveis e energia geotérmica representaram, respetivamente, 9,8% e 0,5% da produção renovável no período analisado.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Comissão Europeia lança Centro Consultivo para envolver cidadãos na transição energética

A Comissão Europeia lançou o Centro Consultivo de Energia dos Cidadãos (CEAH), uma nova iniciativa que visa reforçar a participação dos cidadãos na transição energética da UE. O projeto, com duração de três anos, procura envolver comunidades locais, municípios, ONG e pequenas empresas no uso eficiente de energia e no acesso a fontes renováveis.

O CEAH está alinhado com os objetivos climáticos da UE para 2030 e a meta de neutralidade carbónica até 2050. A iniciativa apoia o [Plano de Ação para a Energia Acessível](#) e antecipa algumas das medidas previstas para o futuro Pacote Energético dos Cidadãos, que deverá ser apresentado até ao final do ano.

O centro prestará assistência técnica direta a 120 cidadãos ou atores locais, ajudando no planeamento e desenvolvimento de projetos de energia sustentável. Além disso, promoverá o diálogo, criará redes de cooperação e disponibilizará recursos educativos para capacitar diferentes públicos, incluindo famílias vulneráveis.

Mais informações [aqui](#).

Parlamento Europeu aprova medidas para modernizar rede elétrica da UE

O Parlamento Europeu aprovou, esta quinta-feira um relatório com propostas para modernizar a rede elétrica da União Europeia, com o objetivo de reforçar a resiliência, facilitar a integração de energias renováveis e simplificar processos de licenciamento. A medida pretende garantir que a infraestrutura energética esteja alinhada com os objetivos climáticos e energéticos da UE.

O relatório destaca a necessidade urgente de investimentos robustos, tanto públicos como privados, para expandir e modernizar as redes nacionais e transfronteiriças. Durante a discussão do relatório, os eurodeputados apelaram a um planeamento da rede elétrica mais coordenado entre países e setores, defenderam uma maior supervisão e regras mais claras para atrair financiamento e evitar estrangulamentos na distribuição de energia renovável.

Além do reforço técnico, o Parlamento destaca a importância de melhorar a comunicação com os cidadãos e garantir a aceitação pública de novos projetos. A proposta surge após o apagão elétrico de abril verificado na Península Ibérica e em França, que evidenciou a fragilidade das atuais infraestruturas do sistema elétrico.

O relatório foi aprovado com 418 votos a favor, 112 votos contra e 45 abstenções. A aprovação deste documento pelo Parlamento abre caminho para o futuro Pacote Europeu de Redes, que a Comissão Europeia deverá apresentar até ao final de 2025.

Mais informações disponíveis [aqui](#).

UE lança rótulo de reparabilidade para eletrónicos e promove escolhas sustentáveis

A Comissão Europeia [introduziu](#) um novo rótulo energético com uma pontuação de reparabilidade para smartphones e tablets, que informa os consumidores sobre a facilidade de reparar esses dispositivos. A nova classificação do grau de reparabilidade dos dispositivos eletrónicos, de A (mais fácil) a E (mais difícil), baseia-se num [método científico rigoroso](#) desenvolvido pelo Centro Comum de Investigação e que considera fatores como desmontagem, disponibilidade de peças sobressalentes e acesso a informações de reparação.

A medida visa incentivar escolhas mais sustentáveis, por parte dos consumidores, prolongar a vida útil dos aparelhos e reduzir o impacto ambiental dos resíduos eletrónicos. Segundo a Comissão, os regulamentos de rotulagem energética poderão gerar poupanças de 20 mil milhões de euros até 2030 e evitar a emissão anual de 200 mil toneladas de CO₂.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

A Comissão adota os seus procedimentos de infração de junho

Para ajudar os cidadãos e as empresas a beneficiarem plenamente da legislação da União Europeia, a Comissão mantém um diálogo constante com os Estados-Membros, a fim de assegurar o cumprimento da legislação da UE. Pode dar início a procedimentos de infração contra os Estados-Membros em caso de incumprimento. As decisões tomadas, no âmbito deste pacote de procedimentos de infração, incluem 32 cartas de notificação para cumprir e 24 pareceres fundamentados. A Comissão decidiu igualmente instaurar 12 processos no Tribunal de Justiça da União Europeia. Por último, a Comissão decidiu encerrar 44 processos em que os Estados-Membros em causa, em cooperação com a Comissão, puseram termo a uma infração e garantiram o cumprimento do direito da UE.

As [decisões e os comunicados de imprensa correspondentes](#) estão disponíveis em linha. Para mais informações sobre o procedimento de infração da UE, consultar as seguintes [perguntas e respostas](#).

UE reforça regras para partidos políticos europeus e combate à interferência estrangeira

O Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu chegaram a um [acordo](#) provisório sobre a revisão das regras relativas ao Estatuto e Financiamento dos Partidos e Fundações Políticas Europeias (EUPPF). O objetivo central da reforma é aumentar a transparência, reforçar a proteção contra interferência estrangeira e facilitar a proximidade entre partidos europeus e os cidadãos da UE.

Entre as principais mudanças estão regras mais claras sobre as atividades que os partidos europeus podem realizar com os seus membros nacionais, a exigência de equilíbrio de género nas listas eleitorais e a manutenção da proibição de financiamento de campanhas referendárias nacionais. Além disso, foi introduzido um controlo mais rigoroso sobre as fontes de financiamento, incluindo um limite para receitas autogeradas.

Para limitar riscos externos, o regulamento exige uma declaração de compromisso com os valores da UE por parte dos partidos e seus membros, além de proibir contribuições financeiras de entidades fora da UE. A cooperação política com parceiros internacionais, no entanto, continuará a ser permitida.

O acordo agora seguirá para revisão jurídica antes de ser formalmente adotado pelos co-legisladores.

Comissão Europeia lança convite à apresentação de propostas para revisão de regras contra crime organizado

A Comissão Europeia [anunciou](#) que irá rever as regras da UE em matéria de crime organizado, numa tentativa de reforçar o combate a redes criminosas cada vez mais violentas e influentes, tanto no espaço físico como digital.

Com o objetivo de recolher contributos para esta revisão, foi lançado um [convite à apresentação de propostas](#), aberto a cidadãos e partes interessadas. Os comentários podem ser submetidos até **16 de julho de 2025**, à meia-noite (hora de Bruxelas).



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Está em curso o processo de recrutamento para o próximo painel de cidadãos sobre a equidade intergeracional

A Comissão Europeia lançou uma campanha de recrutamento para selecionar aleatoriamente cidadãos dos 27 Estados-Membros da UE para o painel de cidadãos sobre a equidade intergeracional.

O recrutamento está a processar-se no quadro de uma abordagem porta a porta e é gerido pela Fundação Sortition, o parceiro oficial da Comissão Europeia. Serão selecionados aleatoriamente 150 cidadãos de entre aqueles que manifestarem interesse, de molde a assegurar a representação da diversidade demográfica da UE. Os participantes serão convidados para uma reunião que irá decorrer em Bruxelas. Juntos, irão elaborar recomendações concretas sobre a estratégia da Comissão Europeia em matéria de equidade intergeracional. Esta estratégia visa melhorar a comunicação intergeracional, assegurar que as políticas respeitam os interesses presentes e futuros e promover a solidariedade entre grupos etários.

Pode ser um desses 150 cidadãos europeus!

Imagine uma UE onde as gerações se unem para criar uma sociedade próspera. Como é que gostaria que ela fosse? O que devia acontecer agora para a tornar realidade? Partilhe os seus pontos de vista e interaja com outros cidadãos.

[Informe-se. Participe.](#)

UE reforça regras para suspensão de isenção de vistos de países terceiros

O Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu chegaram a um [acordo](#) sobre a revisão do mecanismo que permite suspender a isenção de vistos para cidadãos de países terceiros que viajam para o espaço Schengen. A medida visa reforçar a capacidade da UE de reagir a abusos do regime de isenção ou a situações que representem riscos para os seus interesses, como fluxos migratórios irregulares ou ameaças à segurança.

Entre as principais alterações estão a introdução de novos motivos que podem justificar a suspensão, como a concessão de cidadania por investimento sem ligação genuína ao país, falhas na segurança documental, ameaças híbridas e o agravamento das relações externas com a UE, sobretudo em matéria de direitos humanos. Esses critérios somam-se aos já existentes, como o aumento de pedidos de asilo com baixa taxa de aceitação ou o crescimento de entradas ilegais.

Para tornar o mecanismo mais transparente e eficaz, o acordo estabelece ainda limiares numéricos: aumentos de 30% em recusas de entrada, permanência ilegal ou pedidos de asilo poderão acionar a suspensão; já uma taxa de reconhecimento de asilo inferior a 20% também será considerada. Além disso, a duração inicial da suspensão será ampliada de 9 para 12 meses, com possibilidade de extensão por mais 24 meses. Durante esse período, a Comissão Europeia poderá dialogar com o país em causa para tentar resolver a situação.

Outra inovação importante do acordo é a possibilidade de aplicar a suspensão de forma seletiva, visando apenas autoridades ou decisores responsáveis por violações graves, em vez de penalizar toda a população do país.

O acordo provisório segue agora para aprovação formal pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

Comissão procura obter pontos de vista sobre o novo plano de ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

A Comissão Europeia lançou o processo de recolha de opiniões sobre o plano de ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O Pilar estabelece [20 princípios fundamentais](#) que orientam a UE para uma Europa social forte, justa, inclusiva e cheia de oportunidades no século XXI. O plano de ação visa contribuir para a aplicação dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais em

toda a União. Respeita o modelo social de cada país e melhora o modo de vida da Europa, que depende das proteções e oportunidades da nossa economia social de mercado. A presidente Ursula von der Leyen anunciou o plano de ação nas suas orientações políticas.

A Comissão solicita opiniões sobre o impacto do [Plano de Ação de 2021](#), os ensinamentos retirados e os potenciais domínios a melhorar em que poderão ser necessários mais progressos. A Comissão procura igualmente obter contributos para um novo plano de ação que será lançado nos próximos meses.

O [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) e o seu [Plano de Ação de 2021](#) reforçaram a economia social de mercado da Europa. O plano de ação de 2021 continha 75 medidas a tomar a nível nacional e da UE. As 75 ações enumeradas no plano foram todas executadas com êxito.

Tanto a [consulta como o convite à apreciação](#) permanecerão abertos durante 12 semanas, até 10 de setembro de 2025.

Conselho da Europa exorta Portugal a combater crimes de ódio e melhorar inclusão da comunidade cigana

A Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI), órgão independente de monitorização dos direitos humanos nos países do Conselho da Europa, instou Portugal a reforçar a resposta policial a crimes de ódio e a comprometer-se com a inclusão da comunidade cigana. No [relatório](#) divulgado esta semana, a ECRI destaca como prioritária a adoção de protocolos operacionais eficazes e programas de formação para autoridades policiais e operadores da justiça. Também sublinha a urgência em garantir condições de habitação dignas para membros da comunidade cigana que vivem em assentamentos precários, em estreita colaboração com estas comunidades.

O relatório reconhece avanços como a criação da nova Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) e a implementação de medidas na área da igualdade LGBTI. Destaca ainda a implementação de planos nacionais de combate ao racismo, de prevenção da discriminação nas forças de segurança, e projetos educativos voltados para a comunidade cigana, como o Programa ROMA Educa, que tem contribuído para melhorar a frequência escolar dos alunos de etnia cigana. No entanto, lamenta a ausência de medidas transitórias entre a extinção e a criação da nova CICDR e pede o reforço do seu mandato e visibilidade pública.

Apesar dos progressos, a ECRI expressa preocupação com o aumento do discurso de ódio em Portugal, sobretudo online e por parte de alguns políticos. Casos de violência motivada pelo ódio, inclusive por grupos neonazis, também continuam a ser reportados em Portugal, o que evidencia algumas falhas no registo e investigação destes crimes. A situação dos migrantes também é destacada no documento, particularmente no que se refere à xenofobia, habitação indigna e atrasos na regularização de migrantes.

A ECRI alerta ainda para persistentes relatos de abusos policiais com motivações racistas, apelando ao reforço da confiança entre as forças de segurança e os grupos sociais mais vulneráveis.

Pode saber mais sobre os resultados apresentados pelo relatório [aqui](#).

Conselho da UE reforça compromisso com a igualdade de género na era digital

O Conselho da União Europeia destacou a necessidade urgente de intensificar esforços para promover a igualdade de género no contexto digital, especialmente face aos desafios e oportunidades trazidos pela inteligência artificial (IA). Nas conclusões aprovadas, o Conselho sublinha a importância de combater a discriminação, os preconceitos e a violência de género online, que afetam particularmente mulheres jovens e em posições de liderança.

O Conselho recomenda uma abordagem dupla: integrar a perspetiva de género em todas as políticas e implementar medidas específicas para fortalecer estruturas governamentais dedicadas à igualdade. Também pede que os planos nacionais incluam ações para combater a violência de género facilitada pela tecnologia.

Quanto à IA, os Estados-Membros são instados a usar dados representativos e garantir supervisão humana para evitar preconceitos, reconhecendo o potencial positivo da IA quando regulada adequadamente.

Por fim, o Conselho apela à Comissão Europeia para manter a igualdade de género como prioridade, promovendo legislação que proteja mulheres online e incentive o envolvimento de homens e rapazes na luta contra a misoginia.

Pode saber mais [aqui](#).



Indústria

UE avança com novas regras para reciclagem de veículos em fim de vida

O Conselho da União Europeia adotou a sua posição sobre novas regras para melhorar a reciclagem de veículos em fim de vida, no âmbito da transição para uma economia mais circular. O regulamento propõe que os veículos sejam concebidos de forma a facilitar a sua reutilização e reciclagem, e introduz metas obrigatórias para o uso de plásticos reciclados, com possibilidade de incluir outros materiais no futuro.

A nova proposta alarga o âmbito da legislação a camiões, motas e veículos para fins especiais, e reforça o controlo sobre a exportação e a venda de veículos usados, para evitar o desaparecimento de veículos em fim de vida. Também clarifica as obrigações dos produtores, que passam a ter maior responsabilidade no financiamento da reciclagem.

O texto prevê ainda a criação de um “passaporte digital de circularidade” e medidas para reduzir a burocracia para os fabricantes. Com esta posição adotada, o Conselho aguarda agora a posição do Parlamento Europeu para iniciar as negociações finais.

Pode consultar [aqui](#) a posição do Conselho com maior detalhe.



Instituições & União Europeia

Pacto de estabilidade e crescimento: Conselho decide as medidas a aplicar à Bélgica e à Roménia no âmbito do procedimento por défice excessivo

O Conselho aprovou uma decisão relativa à Roménia e uma recomendação à Bélgica no âmbito do procedimento de défice excessivo (PDE).

Pode obter [aqui](#) mais informação e consultar respetivamente a decisão e a recomendação atrás referidas.

Cimeira do G7- Kananaskis, Canadá, 17 de Junho de 2025: Declarações do Presidente do Conselho em véspera da cimeira do G7 no Canadá

O Presidente do Conselho da UE, António Costa, emitiu publicamente declarações em antevisão do encontro do grupo G7, que decorreu entre segunda e terça-feira em Kananaskis, no Canadá. Pode ler [aqui](#) as declarações na íntegra.

Pode ainda ler [aqui](#) todas as Declarações Conjuntas dos Líderes do G7 adotadas, na sequência das discussões travadas sobre diversos tópicos, que variaram desde a paz e segurança internacionais até à estabilidade económica global, crescimento e tecnologias emergentes.



Investigação e inovação científica, ciência

Projetos inovadores vencem a terceira edição do Prémio da UE para a Ciência Cidadã

Foram anunciados os vencedores da terceira edição do Prémio da União Europeia para a Ciência Cidadã, uma iniciativa do projeto Horizonte Europe [IMPETUS](#). O prémio visa reconhecer projetos que envolvem ativamente os cidadãos na investigação científica e na inovação e que promovam mudanças sociais, culturais, políticas e ambientais.

A atribuição dos prémios foi dividida em três categorias. O Grande Prémio, no valor de 60 mil euros, foi atribuído ao projeto [HEROINES](#), centrado na inclusão de mulheres de etnia cigana na Sérvia. Os prémios para Comunidades Digitais e Diversidade e Colaboração (de 20 mil euros cada) distinguiram, respetivamente, o projeto [Antiquake Risk Hunter Community](#), uma iniciativa de prevenção sísmica em Istambul e o projeto português *Museum of Food Waste* ([MoFWaste](#)), que envolveu crianças, educadores e cantinas escolares na prevenção do desperdício alimentar. Para além da atribuição dos prémios principais, 27 outras iniciativas foram reconhecidas com menções honrosas.

Pode saber mais sobre os projetos vencedores [aqui](#).



Juventude

Diálogos de política juvenil levados a cabo pelo Comissário Glenn Micallef

A Comissão Europeia publicou um relatório de síntese sobre os 'Diálogos de política juvenil' realizados durante os cem primeiros dias do seu mandato.

Pode consultar [aqui](#) a versão integral do relatório.

Conselho da UE pede mais proteção à saúde mental de jovens no ambiente digital

O Conselho da União Europeia apelou aos Estados-membros e à Comissão para adotarem medidas que garantam o uso seguro e saudável das ferramentas digitais por crianças e adolescentes, criando um ambiente digital mais seguro e adequado à idade.

Entre as ações recomendadas estão campanhas de literacia digital para fortalecer a resiliência contra o cyberbullying e a desinformação, além da conceção de produtos digitais que priorizem segurança e privacidade. O Conselho também insta os Estados-membros e a Comissão a implementar medidas no sentido de reforçar os mecanismos de denúncia para combater a exploração sexual online.

Embora as tecnologias digitais ofereçam benefícios como acesso à informação e apoio, a Comissão alerta para riscos como conteúdos inadequados, vício em ecrãs, isolamento social e jogos de azar, que podem afetar negativamente o bem-estar dos jovens.

Mais informações [aqui](#).



Comissão Europeia avalia obrigação de desembarque e aponta desafios na sua eficácia

A Comissão Europeia publicou um [estudo](#) independente que avalia a aplicação da [obrigação de desembarque](#), cinco anos após ter sido implementada de forma plena em toda a UE. A análise conclui que a medida, criada para eliminar as devoluções ao mar e promover práticas de pesca mais seletivas, ainda não atingiu todo o seu potencial.

Introduzida em 2015 e plenamente aplicada desde 2019, a obrigação de desembarque tem como objetivo principal reduzir o descarte de capturas indesejadas, promovendo uma pesca mais seletiva e sustentável. No entanto, apesar dos esforços concertados do setor pesqueiro, das autoridades nacionais e da comunidade científica, o estudo identificou obstáculos que comprometem a eficácia da medida na sua execução prática.

Entre os principais obstáculos apontados estão a falta de incentivos eficazes para os pescadores, deficiências nas ferramentas de monitorização e execução das pescas, e o impacto económico da perda de capturas comercialmente valiosas ao aumentar a seletividade. Além disso, o estudo revela que o elevado número de isenções tem vindo a dificultar a avaliação direta dos efeitos da obrigação nas diferentes regiões e frotas pesqueiras.

Os resultados do estudo serão integrados à [avaliação em curso da Política Comum das Pescas](#). A Comissão Europeia irá organizar um [evento online](#) no dia 8 de julho, das 14h00 às 16h30 (hora de Bruxelas), no qual irá apresentar os resultados do estudo e consultar as partes interessadas.

Mais de 85% das águas balneares da UE têm qualidade excelente em 2024

A maioria das águas balneares na União Europeia é segura para banho. Este é o [resultado da avaliação](#) mais recente da Agência Europeia do Ambiente (AEA) divulgada em relação à qualidade da água durante a época balnear de 2024. O relatório revela que mais de 85% dos mais de 22 mil locais monitorizados cumpriram os padrões mais rigorosos da UE, enquanto 96% atingiram os critérios mínimos de qualidade.

A avaliação destaca que a qualidade das águas costeiras é geralmente superior à das águas interiores, como rios e lagos, com 89% das zonas costeiras classificadas como excelentes, contra 78% das interiores. Cinco países da UE (Chipre, Bulgária, Grécia, Áustria e Croácia) destacaram-se, apresentando mais de 95% das águas balneares em excelente estado.

Pode consultar [aqui](#) o relatório da Agência Europeia do Ambiente.



Mobilidade

Comissão propõe integrar a Ucrânia na zona de itinerância da UE em 2026

A Comissão propõe integrar a Ucrânia na zona de itinerância da UE a partir de janeiro de 2026. Tal permitirá aos ucranianos ligar, enviar mensagens de texto e utilizar os seus dados móveis a partir de números de telefone ucranianos nos 27 países da UE, sem custos adicionais, e alargará os mesmos benefícios aos europeus que possam estar na Ucrânia.

Mais informação [Comissão propõe integrar a Ucrânia na zona de itinerância da UE em 2026](#).



Proteção Civil

UE ativa Mecanismo de Proteção Civil para repatriar cidadãos no Médio Oriente

Face ao encerramento do espaço aéreo no Médio Oriente, vários Estados-Membros da União Europeia [ativaram](#) o Mecanismo de Proteção Civil da UE (UCPM) para facilitar a saída dos seus cidadãos da região. Eslováquia, Lituânia, Grécia, Polónia e Portugal estão entre os países que solicitaram este apoio.

A operação está a ser conduzida com voos organizados a partir da Jordânia e do Egito, destinados não apenas aos cidadãos dos países organizadores, mas também a outros nacionais da UE e, quando possível, a cidadãos de países terceiros.

A Comissária europeia para a Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Hadja Lahbib, destacou que esta mobilização demonstra a solidariedade concreta da UE em situações de crise e a eficácia da cooperação entre Estados-Membros.

Até ao momento, mais de 650 cidadãos europeus foram repatriados com o apoio do Mecanismo de Proteção Civil da UE.

Tribunal de Contas da UE aponta falhas na gestão remota da ajuda humanitária

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) publicou esta semana um relatório sobre a gestão remota da ajuda humanitária da União Europeia. A Comissão Europeia recorre a este modelo quando o acesso direto é dificultado por razões de segurança ou restrições locais, mas os auditores alertam para lacunas significativas nesta abordagem, que tem comprometido a eficácia e a segurança das operações.

O relatório refere que entre 2019 e 2023, a Comissão aprovou 164 ações humanitárias com gestão remota total ou parcial, em 10 países, num valor total de 918 milhões de euros — cerca de 8 % do orçamento humanitário da UE previsto para esse período. A auditoria, centrada em operações humanitárias realizadas na Somália, Síria e Ucrânia, apontou problemas como avaliações pouco rigorosas das necessidades, a deficiente coordenação das operações, riscos de fraude e desvio de fundos.

O relatório critica ainda a inexistência de uma definição clara e atualizada do que constitui “gestão à distância”, o que dificulta o registo, o acompanhamento e a comunicação eficaz das ações. Além disso, o relatório refere que os parceiros sociais sediados na UE transferem frequentemente a execução para filiais externas, cuja capacidade técnica e administrativa não está devidamente verificada.

Embora a rede de peritos da Comissão contribua para o acompanhamento no terreno, os auditores constataam que os relatórios fornecidos pelos parceiros são, por vezes, imprecisos ou incompletos. A isto acresce o facto de os parceiros não serem obrigados a indicar quais as ações que são geridas remotamente, o que dificulta a transparência e a avaliação dos resultados. O TCE recomenda, por isso, uma revisão urgente das orientações e uma melhoria substancial nos mecanismos de supervisão e prestação de contas.

Pode consultar [aqui](#) o relatório completo.



Saúde

Comissão restringe participação de empresas chinesas em contratos públicos de dispositivos médicos

A Comissão Europeia decidiu excluir empresas chinesas de contratos públicos na União Europeia para o fornecimento de dispositivos médicos cujo valor ultrapasse 5 milhões de euros. A decisão resulta da primeira investigação realizada ao abrigo do Instrumento de Contratação Pública Internacional (IPI) e impõe um limite máximo de 50% de componentes de origem chinesa nas propostas submetidas.

A medida é uma resposta direta às barreiras jurídicas e administrativas impostas pela China ao acesso de empresas europeias ao seu mercado de contratos públicos. Segundo relatório da Comissão de 2025, cerca de 87% dos concursos públicos chineses na área dos dispositivos médicos excluíram ou discriminaram fornecedores europeus. Apesar de várias tentativas de diálogo, Pequim não apresentou compromissos concretos para corrigir essas práticas.

Bruxelas assegura que a medida é proporcional, compatível com as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC) e salvaguarda o fornecimento de equipamentos essenciais à saúde na UE, prevendo exceções sempre que não existam alternativas viáveis. O objetivo desta medida é incentivar a China a adotar regras mais equitativas, correspondentes ao grau de abertura do mercado europeu.

Com contratos públicos globais a ultrapassar os 11 biliões de euros anuais, a UE pretende defender as suas empresas contra práticas discriminatórias por parte da China. Segundo um [relatório](#) publicado pela Comissão na sequência de uma avaliação ao Regulamento IPI, 87% dos contratos públicos chineses de dispositivos médicos aplicaram práticas discriminatórias contra produtos e fornecedores da EU.

Pode consultar [aqui](#) mais informações sobre a medida.



Tecnologia e Informática

Relatório da UE alerta para necessidade de acelerar transformação digital e reduzir dependência tecnológica

A Comissão Europeia divulgou o relatório [Estado da Década Digital 2025](#), onde são analisados os progressos da União Europeia em direção às metas digitais estabelecidas para 2030. O documento avalia quatro áreas-chave — infraestruturas digitais, digitalização das empresas, competências digitais e serviços públicos digitais — e conclui que, apesar de avanços pontuais, o ritmo atual é insuficiente para garantir a soberania tecnológica do bloco.

Entre os principais desafios está o atraso na implantação de redes de conectividade avançada, como a fibra ótica e o 5G autónomo. Embora mais empresas estejam a adotar tecnologias como a inteligência artificial e a computação em nuvem, essa transição ainda precisa ser acelerada. Ao mesmo tempo, apenas 55,6% da população europeia possui competências digitais básicas, e a escassez de

especialistas em TIC — agravada por uma acentuada disparidade de género — tem limitado o desenvolvimento em áreas estratégicas como a cibersegurança e a IA.

No setor público, o relatório revela que a digitalização de serviços essenciais tem avançado, mas grande parte da infraestrutura digital dos governos continua dependente de fornecedores fora da UE, o que compromete a autonomia tecnológica europeia. Além disso, o relatório aponta obstáculos estruturais como a fragmentação dos mercados, a complexidade regulatória e o difícil acesso ao capital de risco por parte das empresas inovadoras.

Diante desse cenário, a Comissão apela a um esforço conjunto dos Estados-Membros, no sentido de realizar mais investimentos públicos e privados e políticas que incentivem a inovação e reduzam a dependência externa. Em 2026, os objetivos do Programa Político da Década Digital (DDPP) serão revistos para garantir que continuem alinhados com as prioridades estratégicas e o cenário tecnológico em evolução.

Comissão Europeia abre seleção para painel científico sobre Inteligência Artificial

A Comissão Europeia iniciou o processo de seleção de especialistas para integrar um novo painel científico dedicado à Inteligência Artificial (IA). O grupo irá apoiar a aplicação da recém-aprovada Lei da IA, com foco especial nos chamados modelos e sistemas de uso geral (GPAI), como os grandes modelos de linguagem e outras tecnologias avançadas.

O painel será responsável por aconselhar o Gabinete de IA da UE e autoridades nacionais sobre riscos sistémicos, classificação de modelos, metodologias de avaliação e monitorização transfronteiriça do mercado. Além disso, terá a missão de identificar riscos emergentes e propor estratégias de mitigação, contribuindo para uma supervisão técnica rigorosa e coordenada em toda a União Europeia.

A Comissão procura 60 especialistas independentes, para mandatos renováveis de 24 meses. Os candidatos deverão possuir doutoramento ou experiência equivalente nas áreas de GPAI, avaliação de riscos, cibersegurança, métricas computacionais ou domínios afins. A independência em relação a fornecedores de IA é um critério essencial.

O processo de seleção irá ser feito de modo a garantir que haja diversidade geográfica e equilíbrio de género, sendo que 80% dos membros deverão ser oriundos de Estados-Membros da UE ou da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

Pode consultar mais informações [aqui](#).

Comissão Europeia aprova aquisição de empresas de internet nos EUA pela KKR e T-Mobile

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo do [Regulamento das Concentrações da UE](#), a aquisição conjunta das empresas norte-americanas U.S. Internet Corp. (USI), Ridgeview Inc. e JKT Holdings Inc. pelas sociedades KKR & Co. Inc. e T-Mobile USA, Inc. Esta operação é integrada no setor da prestação de serviços de internet por fibra ótica nos Estados Unidos.

Após análise, a Comissão concluiu que a transação não levanta preocupações em matéria de concorrência, uma vez que as atividades da nova empresa conjunta no Espaço Económico Europeu são residuais. Assim, o negócio foi avaliado através do procedimento simplificado de controlo de concentrações.

Com esta decisão, a Comissão valida a operação sem imposição de condições, permitindo que as empresas prossigam com a integração dos ativos e serviços, com foco exclusivo no mercado norte-americano.

UE processa Portugal, Bulgária e Irlanda por falhas no combate ao terrorismo online

A Comissão Europeia decidiu processar a Bulgária, a Irlanda e Portugal no Tribunal de Justiça da União Europeia por não cumprirem obrigações previstas no Regulamento sobre Conteúdos Terroristas Online ([Regulamento TCO – UE 2021/784](#)). O regulamento, em vigor desde junho de 2022, exige que plataformas digitais removam conteúdos terroristas no prazo máximo de uma hora após ordem das autoridades competentes dos Estados-Membros.

Segundo a Comissão, os três países falharam em aspetos cruciais, como a designação e notificação de autoridades responsáveis, a criação de pontos de contacto públicos e a definição de sanções contra plataformas que não cumpram as regras. As medidas definidas no regulamento são fundamentais para prevenir a radicalização online e conter a disseminação de ideologias extremistas.

A decisão de iniciar o processo judicial surge após a emissão de vários avisos. Em janeiro de 2023, a Comissão enviou notificações formais a estes Estados-Membros, seguidas de pareceres fundamentados à Irlanda e Portugal em fevereiro de 2024, e à Bulgária em março. Como os problemas persistiram, Bruxelas optou agora por avançar com processos junto do Tribunal de Justiça.

Mais informações sobre os casos [aqui](#).

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para 2025 e 2026.

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para 2025.

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Polaca](#) e [Futura Presidência Dinamarquesa](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.

Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).

Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).

Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).

Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

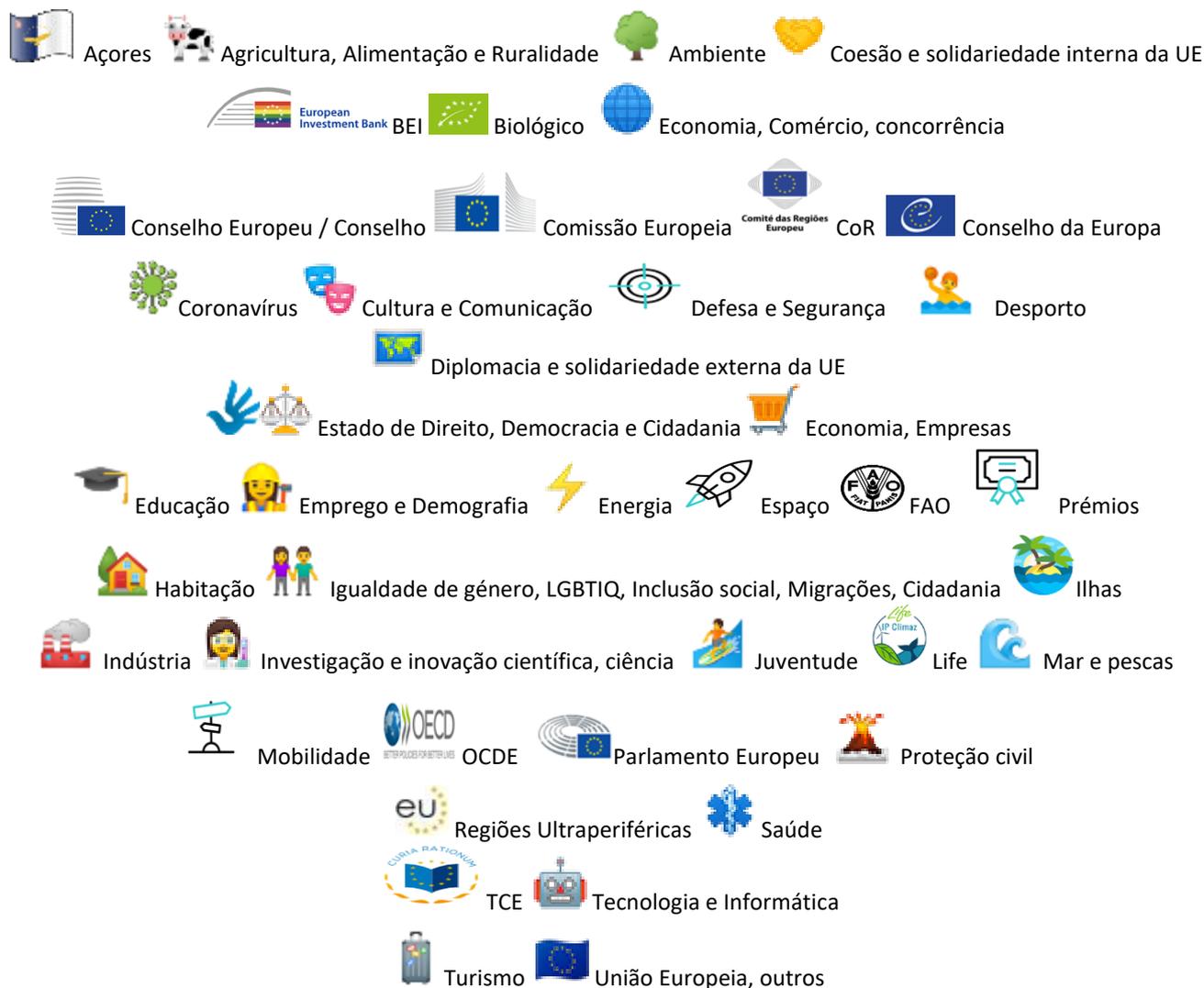


O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano.

As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos](#)

[Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!